

**RESUMOS DAS DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS  
NO MESTRADO EM SOCIOLOGIA, COM  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
RURAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
PARAÍBA (UFPB) CAMPUS II -  
CAMPINA GRANDE-PB(\*)**

*A Lei e o mais forte: Pedagogia da Sobrevivência. 1984. 72pp.*

**Autora: Maria do Socorro Carvalho Bezerra**

**Orientador: Elimar Pinheiro do Nascimento**

O Brasil tem atualmente 30 milhões de menores abandonados chamados de marginais. A autora investiga esta população, tanto em termos teóricos como empíricos, tomando como referência, experiências de menores em Fortaleza e sertões dos Inhamuns. Para fazer frente a este imenso problema estrutural, a autora se propõe partir de uma metodologia e uma pedagogia próprias, para refutar a pedagogia institucional, o papel do Estado e do capitalismo. Analisa as tramas do Poder em sua política pedagógica e jurídica, criticando a educação formal e tentativas artificiais de reintegração social até a prisão e eliminação física. À vista de tal quadro resultante de todos os desequilíbrios os menores marginais geram estratégias de sobrevivência tais que acabam por tornar-se uma contra ordem ao sistema de forças que os mantém.

---

\* Dissertações defendidas de 1985 a 1993 (com exceção da primeira aqui resumida, defendida em 1984). Os resumos das dissertações defendidas de 1979 a 1985 foram publicados no N° 4-5 de **RAÍZES**.

*Mudanças Sociais na Agricultura e suas Implicações para o Sindicalismo Rural (Um Estudo das Transformações em Sapé 1950/1980). 1985 pp.*

**Autora: Ivone Vital Torres Barbosa**

**Orientador: Charles Michel M.J. Beylier**

O trabalho demonstra como o processo de proletarização da mão de obra agrícola, no município de Sapé-PB, acentuou-se sobretudo com a implantação do novo padrão de desenvolvimento da agricultura dos anos 70, produzindo alterações na composição da mão de obra que se incorpora ao assalariamento na produção canavieira e do abacaxi. O sindicalismo rural, em face das mudanças que a agricultura canavieira e do abacaxi introduziram nas relações de trabalho, foi impulsionado a responder aos conflitos sociais produzidos e às reivindicações correspondentes.

*Sapezinho. Laboratório de uma Experiência - Notas sobre o Processo de Intervenção do Estado numa Localidade do Recôncavo Baiano. 1985, 160pp.*

Autor: Francisco Emanuel Matos Brito

Orientadora: Ghislaine Duque

Este estudo trata da análise dos efeitos ocasionados pela intervenção do Estado, materializada no Projeto Experimental Módulo Agroindustrial para Produtores de Baixa Renda, numa localidade da Região do Recôncavo Baiano, Sapezinho, junto a uma população inicial de 64 famílias de pequenos produtores de mandioca e outras culturas como milho, feijão, amendoim, inhame, fumo, etc. O projeto em análise é resultante de um convênio celebrado entre o INAN - Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição e o Banco Mundial e trazia como proposta básica a modernização do processo de produção de farinha de mandioca, através da introdução de uma casa de farinha mecanizada. Esperava-se que os resultados advindos do processo de modernização tornassem possível a consecução da proposta geral do Estado consubstanciada na elevação da renda familiar, bem como na melhoria do nível de vida do chamado público-meta. O presente trabalho significa o resgate de uma experiência vivenciada, a qual além de tornar possível, com uma maior riqueza de detalhes, a percepção dos objetivos que orientam o processo de intervenção numa realidade concreta, também fornece, em razão do caráter multidisciplinar desta experiência, contribuições expressivas para diversos estudos, versando sobre o processo de modernização da agricultura, a "questão" da pequena produção, aspectos pedagógicos da participação e organização comunitária, avaliação de programas especiais, etc. Constatou-se, na área estudada, que as mudanças introduzidas, por um lado, ensejaram a criação de um grupo de produtores modernizados que se apropriaram dos benefícios gerados pela modernização e, por outro lado, se revelaram extremamente prejudiciais a grande maioria dos produtores de Sapezinho, agravando ainda mais suas condições de vida. Esta constatação, ao invés de tornar patente o fracasso da ação do Estado, evidencia justamente o seu êxito, traduzido no atingimento pleno dos seus objetivos, uma vez que será principalmente por intermédio da criação da mencionada camada de produtores modernizados, que o Estado conseguirá legitimar sua proposta modernizante, criando, assim, as condições necessárias para a deflagração do processo de acumulação do capital verificado no setor produtor de farinha.

*A Mulher na Palha da Cana (Estudo Sobre as Condições de Vida, Trabalho e Participação Sindical da Mulher Canavieira de Santa Rita - PB). 1985. 194 pp.*

**Autora: Neide Miele**

**Orientadora: Paola Cappellin Giuliani**

Esta dissertação tem por objetivo o estudo da mulher inserida na produção da monocultura da cana-de-açúcar. Como espaço geográfico para sua realização, escolhemos o município de Santa Rita, no Estado da Paraíba, por sua particularidade em relação aos demais municípios produtores de cana no Estado. Portanto, este estudo guarda suas especificidades, não devendo ser generalizado para o conjunto da zona canavieira paraibana. O fio condutor que percorre esta análise é o de demonstrar que as discriminações contra a mulher trabalhadora são frutos da forma como o capital e a ideologia dominante numa sociedade burguesa procuram recriar a histórica divisão sexual do trabalho, dando-lhe nova roupagem. Procuraremos retratar o perfil da mulher canavieira em três espaços distintos, porém, dialeticamente interrelacionados: na produção, na família e no seu órgão de classe. Nosso objetivo não é o de reforçar as lutas contra as discriminações sofridas pela mulher através da tese da "igualdade" entre os sexos, mas, ao contrário, na tese de que o reconhecimento, pela sociedade, de que o papel de reprodutora da força de trabalho e de responsável primeira no cuidado dos imaturos, hoje destinado exclusivamente a ela, não caberia somente à mulher, mas é um encargo que deveria ser assumido pelo conjunto da sociedade.

*Creche: O Debate Entre Estado e Classes. Definição de uma Política para as Crianças. 1985. 213pp.*

**Autora: Terezinha de Camargo Viana** Autora:

**Orientadora: Paola Cappellin Giuliani**

Este trabalho se insere no debate que está sendo levado a nível da sociedade brasileira em torno da gestão social do cuidado, guarda e educação das crianças de 0 a 6 anos, debate este que se expressa numa política de creches. Mantendo como contraponto a análise da questão creche na sociedade contemporânea e especificamente no Brasil, procura-se identificar numa cidade de porte médio do Nordeste (Campina Grande) os fatores que têm impulsionado/obstaculizado a expansão desse serviço coletivo, a partir do movimento que se estabelece entre Estado e classes, no período compreendido entre 1970 e 1984. Esta análise comporta dois momentos. Primeiramente, problematiza-se o porque da não existência de creches enquanto infra-estrutura de apoio à trabalhadora assalariada, situando a análise no quadro da evolução sócio-econômica da cidade, do seu mercado de trabalho e da contraposição dos interesses dos diferentes atores envolvidos (trabalhadores/as, empresários, organizações classistas e mesmo organismos estatais). Num segundo momento, busca-se entender as determinações da intervenção do Estado que, ao ampliar, recentemente, a rede de creches, toma como referência não as condições de trabalho da mulher, mas as condições de vida da família; procura-se explicitar o móvel e o conteúdo dessa atuação, bem como as formas de mediação entre o Estado e a população a quem são dirigidos os serviços.

*Campina Grande: Poder Local e Mudança Nacional (1945-1964).*  
1985,232pp.

**Autora: Martha Lúcia Ribeiro Araújo**

**Orientadores: Rosa Maria Godoy da Silveira**

**Waldomiro Cavalcanti da Silva**

Esta dissertação analisa a estrutura do poder na cidade de Campina Grande, no período 1945-1964, tendo como base as transformações de suas relações com o poder nacional. Estuda as condições concretas de caráter estrutural e os móveis dos agentes e movimentos sociais, seus valores e objetivos, analisando-os em suas múltiplas relações. Definidas as condições mais gerais que norteiam as transformações no período, o trabalho avança na análise do processo de integração da economia nacional, sob a hegemonia do capital monopolista, mostrando que, paralelamente à emergência da sociedade civil (grupos sociais organizados que pressionam por mudanças) a uma redefinição por parte das classes dominantes, quer a nível nacional, quer a nível local, da sua estratégia de dominação. O trabalho busca, enfim, definir o conteúdo da crise gerada pelas transformações de natureza econômica e político-institucional, que se traduziu na desintegração da ideologia do nacional-populismo e na evolução dos movimentos sociais, bem como na forma encontrada pelas classes dominantes, para superar a crise e consolidar o seu poder.

*População e Migrações. Contribuição ao estudo da reprodução da população nas fronteiras agrícolas da Amazônia. 1986, 233pp.*

**Autora: Maria de Fátima Marreiro de Sousa**

**Orientador: Charles Michel M.J. Beylier**

O trabalho mostra como se reproduz população sob o capital nas fronteiras agrícolas, dando ênfase à população predominante dos campos do centro-sul, deslocada para a Amazônia de forma espontânea, induzida ou organizada, tendo como pano de fundo o processo de acumulação do capital. Abrangendo o processo histórico de ocupação da Amazônia, como parte do processo de expansão econômica do país, o trabalho de investigação se detém no estudo da reprodução da população rural assentada nos projetos de colonização de Rondônia, às margens da BR-364. A concentração dos capitais na agricultura criou um excedente estrutural de mão-de-obra no campo, responsável pela super-urbanização, permitindo uma situação insustentável tanto na cidade como no campo. O Estado organiza formas de intervenção para atenuar o problema, a exemplo dos PDRIs - programas de desenvolvimento rural integrado, tipo Polonordeste - cujos resultados não diminuem a gravidade dos conflitos sociais. A população total de trabalhadores rurais chamados de baixa renda, nesta época, alcança a marca de 42 milhões de pessoas, um pouco menos que a metade da população brasileira, que, sob pressão das estruturas fundiárias, formam as grandes correntes migratórias para forçar a "abertura" das fronteiras agrícolas da Amazônia. A Transamazônica passa a ser encarada como uma tentativa de colonização com vistas à absorção dos excedentes populacionais rurais e principalmente das populações nordestinas, assoladas pela seca de 1970. A colonização fracassou. Novos projetos passam a ser adotados, embora com a mesma tônica de acumulação de capital no país, controlado pelo poder das multinacionais. O Estado amplia a sua intervenção criando novos projetos para disciplinar a ocupação espacial às margens da estrada BR-364.

*Participação e/ou Planejamento. Estudo da Associação Agrícola São Joaquim. 1981/1985 - Juazeiro, Sobradinho - BA. 1986, 275 pp.*

**Autor: Wilson Teixeira Cunha**

**Orientador: Charles Michel M. J. Beylier**

Este trabalho trata da análise da Associação Agrícola São Joaquim, enquanto uma experiência em que as ações planejadas do Estado provocam, em seu processo produtivo, mudanças que determinam transformações na evolução do conceito de participação social formado por essa entidade. Ao discutirmos a participação, entendemos que os movimentos, apenas localizados e voltados a reivindicações específicas, como ao que estamos nos referindo, são um passo importante para trazer ao homem o "espírito coletivo" de solidariedade, contrariamente viabilizados pelas divisões dos processos de trabalhos impostos pela própria natureza do desenvolvimento e da acumulação capitalista. Contudo, observamos que a limitação da participação colocada pelas reivindicações imediatas pode transformar um movimento, que se elevaria a uma compreensão mais globalizante da sociedade, a se integrar às necessidades da reprodução do capital. Este trabalho busca, enfim, mostrar como um movimento de característica, microparticipativa, como o aqui focado, consegue, por influências das atividades governamentais e, entre estas, o planejamento participativo, evoluir e se transformar num "novo" movimento, que gera as mesmas condições, isto é, de marginalização do homem, sob as quais foram contrariamente erguidas suas "bandeiras" reivindicatórias e organizativas.



*Jazigo Perpétuo (Ou observações muito vivas acerca da Morte).*  
1986. 181 pp.

**Autor: Edmundo de Oliveira Gaudêncio**

**Orientador: Rômulo de Araújo Lima**

Este trabalho originou-se de uma série de questões ocorridas ao Autor quando ainda de sua formação médica. Tornaram-se mais agudas à medida em que, às especulações de ordem médica, somaram-se questionamentos econômico-sociais acerca da morte. Verificou-se que a morte não pode ser encarada puramente a partir de aspectos biomédicos. Tampouco esconde-se no discurso social, de modo completo, como querem os homens. Descobriu-se que o discurso médico escamoteia a morte, quer através da tecnificação daquele mesmo discurso, quer através da associação com outros discursos, notadamente o do Direito. A importância do estudo da morte decorreu do fato de que a morte, em nosso entender, faz parte da vida, mesmo em sua aparente intangibilidade. A morte insere-se na vida como fato concreto e marcante. A discussão em torno da temática morte é, via de regra, pouco fomentada por conta de que a morte não se deixa revelar a partir de métodos de estudos, por um lado e, por outro, é alijada do cotidiano dos homens.

*De Trabalhadores a Aposentados do Prorural: As Contradições da Política Social e a Concessão Tardia de Direitos. 1986. 160pp.*

Autora: **Benedita Edina da Silva Lima Cabral**

Orientadora: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti

(Prêmio Sober - 1986)

O objetivo desta dissertação é discutir a exclusão dos Trabalhadores Rurais da Política Social do Estado Brasileiro. A autora analisa as contribuições teóricas, especialmente aquelas que consideram os mecanismos de legitimação usados pelo Estado para desenvolver seus objetivos políticos mais gerais. A Previdência Social, como uma Política Social, é considerada desde seus primórdios no Brasil, com ênfase no seu caráter auto-financeável (seu segredo é o seguro social). A autora analisa também a unificação da Previdência Social e as Lutas dos trabalhadores pelo Estatuto do Trabalhador Rural- ETR - obtido durante o Estado Populista nos anos 60. O redirecionamento da Política Nacional no período seguinte impediu a materialização do ETR, tornando nulos os direitos nele definidos. Posteriormente, um programa previdenciário para os trabalhadores rurais - PRORURAL é criado, junto com o novo FUNRURAL. Este novo FUNRURAL é incorporado à nova estrutura do Sistema Nacional de Previdência Social-SINPAS, em 1977. A exclusão do segmento rural dos direitos sociais foi observada no momento da transformação do trabalhador em trabalhador rural aposentado, surgindo as contradições da política: a concessão tardia dos direitos obriga os trabalhadores a um ritual tardio de identificação para preencherem as condições necessárias à habilitação dos benefícios. Há ambiguidade nos procedimentos, quando os documentos que deveriam ser exigidos no começo da vida produtiva são requeridos quando eles, teoricamente, dela se retiram. O novo FUNRURAL surge como projeto de impacto do Estado Autoritário; com ele o Estado legitima sua ação organizadora/controladora dos trabalhadores rurais, ao tempo em que contorna, temporariamente, o aguçamento das contradições, aparecendo como o doador de direitos. A pesquisa foi realizada no Município de Campina Grande, Paraíba, com os aposentados registrados no FUNRURAL local. Os dados provêm de fontes primárias e secundárias, destacando-se como técnicas de pesquisa a observação participante, entrevistas, análises de documentos e histórias de vida.

*A Luta Pela Autonomia e a Participação Política de Camponeses: Um estudo nas Microrregiões de Feira de Santana e Serrinha no Estado da Bahia. 1987, 229pp.*

Autor: Ildes Ferreira de Oliveira

Orientadora: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti

O objetivo desta dissertação é analisar a organização econômica das unidades familiares de produção, considerando suas características de autonomia e subordinação, que influenciam suas formas de participação política. Os dados são provenientes de uma pesquisa realizada em seis Municípios das microrregiões de Feira de Santana e Serrinha do Estado da Bahia, durante os anos de 1985 e 1986. Como técnicas de pesquisa, foram usados questionários, entrevistas não estruturadas, informantes-chave e observação participante. Os resultados revelam que essas unidades camponesas ganham sua subsistência através da agricultura, pecuária e trabalho assalariado, sendo a pecuária a fonte principal de renda monetária. A preponderância de uma fonte de renda sobre a outra, contudo, varia de acordo com a disponibilidade de terra e mão-de-obra para uso das unidades de produção. Face à precariedade desses fatores, bem como da condição de subordinação dessas unidades, as famílias estudadas desenvolvem estratégias que vão do assalariamento de seus membros pelas unidades mais pobres, à maior participação política pelos camponeses mais ricos. A análise revela, ainda, as formas de participação política, de acordo com a diferenciação interna de classe camponesa. E, de certo modo, a incapacidade de os camponeses se mobilizarem, por eles próprios, apesar de sua inserção nos movimentos comunitários e sindicais, tornando-se indispensável o apoio externo. Finalmente, a dissertação revela a crescente participação política dos camponeses nas microrregiões estudadas, ao lado da modernização da vida econômica de suas unidades de produção.

*Agradando a Deus e ao Diabo: Um estudo dos efeitos sociais da gestão de Severino Cabral na cidade e no campo (Campina Grande - 1959/1963). 1988, 211pp.*

**Autora: Josefa Lúcia Jordão de Souza**

**Orientadora: Regina Célia Reyes Novaes**

Na tentativa de compreender o significado da gestão de um prefeito que é reconhecido, na memória social de Campina Grande, como o "pai dos pobres", este trabalho desenvolve uma análise da administração Severino Cabral em Campina Grande (1959 a 1963) e das consequências dessa administração para o conjunto da sociedade campinense, a partir de sua plataforma de governo, quando pretendeu "atender a todos indistintamente", retirando sua legitimidade através do apoio de diversas frações de classe. Ao reconhecer a variação e ambivalência adotadas pelo poder público, em função de atender a todos e, com isso, conseguir o equilíbrio entre vários segmentos sociais, procurou-se compreender e avaliar a eficácia das medidas adotadas e, sobretudo, detectar continuidades e descontinuidades ocorridas na gestão estudada. Contudo, se, por um lado, o reconhecimento das continuidades implicava em reconhecer, na gestão de Cabral, elementos de política coronelística tradicional, por outro lado, reconhecer descontinuidades, através da incorporação das demandas das classes populares, apontava a possibilidade de existência de uma política populista em Campina Grande. A análise revelou, entretanto, que a gestão de Cabral não deverá ser classificada como uma prática coronelística ou uma prática populista. Na verdade, Cabral reuniu traços de um e de outro fenômenos - coronelismo e populismo - apresentando, portanto, um sistema de administração municipal que continha traços de uma e de outras formas de dominação. Se, com isso, ele não impediu totalmente a explicitação de conflitos sociais, soube, porém, administrá-los, fazendo prevalecer a função integradora do Estado.

**Autora: Áurea de Almeida Barbosa**

**Orientadora: Ghislaine Duqué**

Este estudo refere-se ao processo de luta e resistência de pequenos produtores para construir e manter a sua identidade de camponês (o que será chamado de processo de auto-construção camponesa). A análise é feita no contexto de intervenção estatal, tendo como base empírica o caso dos camponeses irrigantes das terras desapropriadas de Livramento de Nossa Senhora/Ba. Através do Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado, o Estado propôs a irrigação de cerca de 5.000 ha de terras, utilizando o sistema de aspersão, incluindo uma área onde há quase duzentos anos é usado o sistema de irrigação por inundação e infiltração. Ao iniciar as desapropriações, o Estado afasta os ex-proprietários das terras indenizadas e garante permanência dos camponeses que aí trabalhavam, com relações fundamentadas na parceria. Nada lhes exige como pagamento pelo uso da terra. Este é o Estado que se apresenta como "aliado" do campesinato, mediando o processo de consolidação de sua identidade camponesa. Mas este Estado mostra, de forma contraditória, sua face de opositor, na medida em que os resultados de sua ação traduzem não a realização dos objetivos do campesinato, mas o processo de modernização em curso no setor agro-pecuário brasileiro. As conclusões encaminham no sentido de compreender melhor que a participação do Estado no processo de construção camponesa - através da distribuição de terra e assistência técnica/creditícia - não significa acesso ao poder. Portanto, não pode ser aceita como solução à questão de reprodução camponesa.

**Autora: Maria Sedy Marques**

**Orientadora: Gisélia Franco Potengy**

Refletir sobre as ideologias dos trabalhadores, em fases determinadas da evolução do capitalismo, tem-se constituído motivo de estudos e de controvérsias, ao longo da história da divisão campo-cidade. Situar, dentre essas ideologias, aquelas que apresentam organicidade, vem, nos últimos tempos, particularmente a partir das proposições gramscianas, ocupando espaços cada vez maiores entre os educadores. Identificá-las no universo da cognição e da emocionalidade dos pequenos produtores rurais, parece se impor como desafio à educação rural. São ideologias cujas especificidades exigem de qualquer estudioso - principalmente dos que se iniciam - um repensar sobre a totalidade social, o que significa dizer: buscar na sociologia o instrumental teórico necessário a sua compreensão. Aí se situa o presente trabalho, que se desenvolve no pressuposto de que as visões camponesas relativas à terra, ao poder e ao mercado se caracterizam como orgânicas, isto é, como ideologias vinculadas a uma classe fundamental, historicamente necessárias às estruturas econômicas e com o poder organizativo. Desta forma, são estas ideologias tomadas como constitutivas do objeto deste estudo. Do empenho, nele contido, em efetivar-se a pesquisa como serviço educacional resultou o uso do Teatro e do Cordel (tradicional instrumento de comunicação entre os trabalhadores rurais nordestinos) como recursos de apoio à Pesquisa-Ação. Sobre tal processo e seus resultados, desenvolve-se a análise que objetiva, sobretudo, destacar espaços ou fenômenos ideológicos que possam servir, posteriormente, como vertentes ou matrizes na seleção de conteúdos educacionais dentro ou fora da escola rural.

*Terra e Salário Para Quem Trabalha. Um estudo sobre os conflitos sociais do Brejo Paraibano. 1988, 266pp.*

Autor: **Giuseppe Tosi**

Orientadora: Gisélia Franco Potengy

A expansão das relações de produção capitalista no campo, que se acelera na última década após a implantação do "PROALCOOL", tem provocado a expulsão dos moradores dos engenhos e usinas e dos arrendatários das fazendas de pecuária. Este processo encontra uma resistência dos trabalhadores rurais, que abrem duas principais frentes de luta: a luta pela terra - os chamados "conflitos de terra" - que possuem um caráter de resistência à expulsão e à proletarização e que tem como protagonistas os pequenos produtores sem terra; e a luta pelo salário, ou mais amplamente pelos direitos trabalhistas, que tem como protagonista a categoria emergente dos assalariados rurais (luta, esta, que pode resultar em alguns casos na conquista da terra e permitir uma certa reprodução camponesa). Estas lutas, enquanto resposta a um único movimento do capital no campo, que combina ao mesmo tempo a expropriação e a exploração, são consideradas como complementares e contemporâneas. O autor investiga também as repercussões destas lutas na constituição de novos movimentos sociais. Neste sentido analisa a relação entre os conflitos sociais e as duas principais instituições presentes no campo, a Igreja Católica e o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais, mostrando o papel de articulação e de integração na construção de um novo sujeito político emergente das lutas. Sujeito político que foi investigado sobretudo a partir do papel exercido pelas lideranças.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

*A Lenta Desagregação do Coronelismo. Um estudo de Caso. 1952/1974. 1988, 101pp.*

**Autora: Maria Aparecida Barbosa Carneiro**

**Orientadora: Gisélia Franco Potengy**

Esta dissertação objetiva analisar, através de um estudo de caso, as razões que levam o Coronelismo a uma gradativa e irreversível desagregação. Partimos do suposto que a propriedade fundiária ainda é, no Nordeste, a base material do poder. A terra e as relações de trabalho que nela se realizam são a primeira condição para o exercício das relações de dominação. Por outro lado, embora a riqueza seja condição necessária, não é suficiente, para a perpetuação de certas formas de manifestação do poder local, como é o caso do coronelismo. A sociedade avança através da organização dos partidos políticos, dos sindicatos, de outras formas de associações de caráter reivindicatório. Os movimentos sociais obrigam o Estado a redefinir suas estratégias e este tenta adequar sua face às modificações do conjunto do organismo social. Neste momento, o poder local é levado a redefinições. Formas de exercício do poder, antes necessárias, tornam-se anacrônicas e inadequadas. É o próprio Estado a selecionar novas feições e agentes, uma nova postura e um novo discurso. Neste sentido, o coronelismo tradicional está superado, embora permaneça o poder local, porque permanece a alta concentração fundiária. A terra no Nordeste continua a exercer um duplo papel: a dominação econômica e política de uma classe sobre outra.



*O Dilema Camponês. Estudo de Caso sobre a difusão de tecnologias apropriadas a pequenos produtores rurais do semi-árido paraibano. 1988, 106pp.*

**Autor: Eduardo Jordão de Araújo**

**Orientador: Charles Michel M.J. Beylier**

Este estudo é a sistematização de reflexões teóricas sobre as questões sociais que envolvem um processo de difusão de tecnologias apropriadas a pequenos produtores rurais. Em especial, ele se detém na análise das relações que possam se dar entre a introdução de inovações tecnológicas na pequena unidade de produção e o processo de organização do trabalho familiar. A referência empírica, onde o estudo se estriba, é um caso de experiência de difusão de tecnologias apropriadas, realizada em uma pequena localidade situada no semi-árido paraibano, o sítio Santa Rosa. A experiência demonstrou que a decisão de adotar as inovações tecnológicas, por parte dos pequenos produtores, está condicionada pela relação que eles mantêm com o organismo de promoção que lhe propõe a experiência e pelos possíveis benefícios que possam advir dessa relação. Por outro lado, evidenciou que as decisões dos pequenos produtores levam em conta outras variáveis presentes em sua relação com outros setores da sociedade envolvente. O estudo conclui que a reorganização do trabalho familiar não é uma consequência obrigatória da incorporação de tecnologias apropriadas, porém o pequeno produtor se posicionará neste processo numa atitude de alerta, avaliando constantemente essa relação, podendo transformá-la, desde que as necessidades de equilíbrio interno da unidade produtiva o exijam e que esta decisão se coadune com os valores que orientam seu modo de viver e pensar.

*Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais Fase às Intervenções do Estado na ÁREA de Sobradinho-BA. (1971/1987 ). O Caso de Remanso e Pilão Arcado. 1988, 129 pp.*

**Autora: Emma Cademartori Siliprandi**

**Orientadora: Paola Cappellin Giuliani**

Esta pesquisa tem como objeto de análise a existência de projetos de desenvolvimento rural, financiados pelo Estado, no interior de entidades sindicais de trabalhadores rurais, nos municípios de Remanso e Pilão Arcado, região de Sobradinho, Bahia. Esses projetos, realizados a partir de 1985, eram voltados para o reforço da infra-estrutura e organização sindicais e também para o atendimento a demandas de pequenas comunidades e produtores rurais. Buscou-se, através da pesquisa, compreender as implicações que trouxeram para um processo de renovação do movimento sindical nesses municípios. A reconstrução das trajetórias dos sindicatos foi realizada levando-se em consideração o conjunto de transformações por que passou a região desde o período de construção da barragem de Sobradinho, e seus efeitos sobre o espaço ocupado pelas organizações sindicais, enquanto entidades de representações de classe dos trabalhadores rurais. A pesquisa referenciou-se em uma discussão existente acerca do envolvimento de entidades sindicais com programas governamentais, procurando mostrar que essa participação não tem necessariamente os mesmos efeitos em todas as realidades, e não leva, em todos os casos, a uma "cooptação" dessas entidades pelo Estado. Nos municípios em estudo, ao invés de uma "cooptação", os projetos vieram se inserir, ainda que de forma diferenciada, em um processo de consolidação dessas entidades enquanto mediadoras entre os trabalhadores rurais e o Estado e outros grupos sociais.

*O Uso Político do Direito: Composição e Soluções Legais e Conflitos de terra na Paraíba. (1975/1985). 1988, 212,pp.*

**Autora: Maria Edneusa Lucena Barbosa**

**Orientadores: Raimundo Nonato Santos**

**José Cláudio Baptista**

A emergência de movimentos sociais no campo em torno dos conflitos de terra é o objetivo da pesquisa, na qual se procura ver como começam a aparecer novas formas de composição do Direito propriamente dito. Ora utilizando-se a lei para garantir direitos, ora conquistando direitos não garantidos legalmente. O reconhecimento social dos direitos dos trabalhadores rurais, em especial o acesso à propriedade da terra, ainda é uma batalha em andamento. Neste processo, o papel de organização e das lutas camponesas é fundamental para que o exercício da cidadania seja finalmente efetivo, pois a própria aplicação da lei só se realiza pela pressão desses movimentos sociais. Os resultados da pesquisa, ainda preliminares, indicam que os conflitos de terra na Paraíba e as soluções que lhes são atribuídas, expressam a contradição entre as formas coercíveis do Estado e uma realidade social, extremamente dinâmica, mostrando a inconsistência de um "Direito" forjado pelas elites dominantes. A dimensão política desses conflitos vai informar o conteúdo das soluções aplicadas, realçar o papel que cumprem os mediadores externos, como a Igreja e outros órgãos de assessoria, e permite colocar o Direito numa perspectiva sociológica, como resultado de fatores sociais que o condicionam.

*Mercado e Reprodução da Unidade Camponesa: Estudo de caso sobre pequenos produtores de abacaxi na Paraíba. 1989, 264 pp.*

**Autor: Pablo Renato Sidersky**

**Orientadora: Gisélia Franco Potengy**

Partindo da idéia da especificidade da economia camponesa, o autor acompanhou, durante nove meses, as atividades produtivas de quatro unidades domésticas de pequenos produtores de abacaxi do município de Araçagi-PB. Para reconstituir as despesas das unidades domésticas, o autor junta os gastos da casa e do roçado. O gasto total, assim obtido, é comparado com as receitas do roçado. Também são analisadas as outras receitas das unidades domésticas. Esta síntese permite uma discussão sobre as possibilidades eventuais de acumulação. Nas conclusões, o autor retoma vários temas que se destacaram no desenvolvimento do trabalho: - A "opção" do abacaxi tem uma importância fundamental para a vida econômica das famílias estudadas. Em particular, determina uma relação intensa com o mercado - o comportamento econômico dos agricultores permite pensar numa "lógica" diferente da lógica empresarial. O método de estudo, que parte da idéia da especificidade camponesa, permite uma discussão sobre diferenciação.

*Diários de Sombra e de Luzes. Um estudo sobre os aposentados rurais. 1989. 265 pp.*

**Autora: Bernadete de Lourdes Ramos Beserra**

**Orientadora: Regina Célia Reyes Novaes**

O objetivo deste trabalho é analisar de que modo a aposentadoria rural contribui no processo de construção da cidadania dos trabalhadores rurais. A partir de pesquisa realizada com os aposentados rurais de Areia, PB, procuramos apreender o significado da aposentadoria rural e as modificações que o surgimento desse direito provoca na vida dos seus beneficiários. As análises restritas às representações da aposentadoria rural sugerem que, antes de ser relacionada ao conjunto de mudanças (representado pelos direitos sindicais, trabalhistas e previdenciários) do qual é parte, parece evocar situações e categorias de tempos anteriores. Nessa perspectiva a aposentadoria rural funcionaria reforçando a ideologia que sustenta e reproduz a dominação sobre as relações tradicionais de trabalho. Considerando porém que a aposentadoria não se constitui num acontecimento isolado, mas se situa num contexto mais amplo de mudanças que inclusive inclui as mudanças nas relações tradicionais de trabalho, sentimos a necessidade de ampliação da análise através da incorporação do estudo das representações de outras categorias. Surge, nessa perspectiva, a necessidade de se estudar as representações do trabalho antes e depois do surgimento da aposentadoria rural. A partir dessa ampliação do universo analítico é possível relativizar o significado da aposentadoria rural e percebê-la não mais como um reforço à dominação tradicional, mas como um acontecimento integrado ao novo tempo e às novas relações de trabalho.

*Novo Sindicalismo no Campo Paraibano. Continuidades e Mudanças. 1989, 240pp.*

**Autora: Annalisa Bertolazzi**

**Orientadora: Regina Célia Reyes Novaes**

A questão sindical, desde 78, ocupa as manchetes nacionais pelas novidades que apresenta em relação ao passado. Os trabalhadores da cidade e do campo se organizam para a mudança das direções sindicais, das práticas e das bandeiras de luta do sindicalismo tradicional; constituem-se as Centrais Sindicais nucleando diferentes perspectivas e concepções sindicais; constrói-se um "novo sindicalismo" que se define por oposição à estrutura sindical ainda vigente. "Participação" e "Combatividade" sintetizam as reivindicações que desenvolvem "o novo": "ad intra", contrapondo democratização e estrutura horizontal à atual estrutura vertical; "ad extra" opondo uma atitude de combate, frente aos interesses antagônicos, ao sindicalismo de conciliação de classes consagrado pela estrutura sindical vigente. No recorte de uma determinada região do campo paraibano, a autora busca identificar as condições sociais que viabilizam a mudança do sindicalismo no campo e os fatores de continuidade das formas tradicionais. A análise considera os diversos atores em jogo no "campo de forças" do sindicalismo paraibano em sua atuação recente. Tendo como enfoque o surgimento do "novo sindicalismo", estuda especificamente as "oposições sindicais" que, no período 1980-88, lutaram para realizá-lo, bem como suas propostas, suas lideranças e apoios. Finaliza analisando concretamente um caso considerado mais representativo da problemática abordada. A conclusão do estudo, que evidencia como as mudanças vêm se desenvolvendo sem bruscas rupturas com o existente pela força da continuidade institucional, coloca os principais dilemas e desafios com os quais se defronta hoje o "novo sindicalismo".

*O Capa Verde. Transformações Econômicas e Interesses de Classe no Curimataú Paraibano. 1989. 215 pp.*

**Autor: Ramilton Marinho Costa**

**Orientadora: Paola Cappellin Giuliani**

O objetivo dessa dissertação é repensar as transformações econômicas ocorridas no Curimataú Paraibano, com a implantação e desenvolvimento da cultura sisaleira, através do processo de segmentação dos trabalhadores. Essa diferenciação dos trabalhadores exprime-se pelas diferentes posições que passaram a ocupar no processo produtivo, no acesso ou não à terra, nas reclamações e enfrentamentos internos e envolve também um aspecto cultural na separação entre "trabalhadores velhos" e "trabalhadores novos". Mas, paralela a essa diferenciação interna, tem havido uma crescente aproximação dos diversos segmentos de trabalhadores no nivelamento das condições de vida, na semelhança das trajetórias ocupacionais, na negação e na crítica às condições de vida e trabalho atuais e na contraposição a agentes sociais opostos. Toda essa mudança tem se dado num contexto de crises de dominação, onde os proprietários se dividem nas formas de organização do processo produtivo, no aumento da pecuarização, na diminuição do número de moradores e nas propostas de modernização no plantio e desfibramento do sisal. As lideranças sindicais procuram resgatar a aproximação de interesses entre os trabalhadores para transformarem suas diferentes categorias em uma força política.

*A Saúde na Fala dos Trabalhadores do Desfibramento do Sisal: Um Estudo de Caso - Paraiba. 1990. 153 pp.*

**Autora: Lúcia de Fátima Almeida Couto**

**Orientadoras: Paola Cappellin Giuliani  
Glacy Gonzales C. Garcia**

Esse estudo tem como propósito o desenvolvimento de uma reflexão sobre as concepções elaboradas pelos trabalhadores do desfibramento do sisal (Cuité-Paraiba), acerca da temática da saúde. A idéia central que norteia a análise é que, a partir do cotidiano produtivo, os trabalhadores adquirem um conhecimento particular sobre o corpo e os fenômenos que aí se operam, que vai embasar uma construção crítica a respeito da realidade que define sua condição de "trabalhador pobre". Procura evidenciar a dimensão predatória do trabalho, a partir de uma descrição detalhada das condições físico-sociais em que se efetua o beneficiamento do sisal, buscando ressaltar (desde uma observação direta) os fatores intrínsecos aos processos de trabalho que geram o desgaste dos trabalhadores. Em seguida, apresentam-se as formas com que os trabalhadores concebem e verbalizam essa realidade. O estudo possibilitou a identificação de uma dimensão reflexiva de cunho crítico (elaborada pelos trabalhadores do desfibramento), que oferece elementos importantes para uma discussão das concepções e práticas dominantes em saúde. Ou seja, procuramos resgatar das "falas" desses trabalhadores, os elementos críticos que permitem visualizar uma nova concepção em saúde.



*Movimentos Populares: Possibilidades e Limites de um novo sujeito histórico: Campina Grande-PB (1960/1987). 1990. 130 pp*

**Autor: Paulo Afonso Barbosa de Brito**

**Orientador: Gian Mario Giuliani**

Campina Grande é uma das maiores cidades do interior nordestino, caracterizando-se por lentas transformações estruturais e grandes contradições sociais e econômicas. No município, durante as três últimas décadas, eclodiram movimentos sociais populares por moradia, por infra-estrutura urbana, por equipamentos de bens e serviços de consumo coletivo, por melhores salários, por emprego, por terra para plantar, contra a carestia e outras opressões específicas. Tais movimentos são assumidos por trabalhadores de baixa renda, que vivem em extrema instabilidade ocupacional, tendo dificuldades de garantir a reprodução de sua própria existência. Tais mobilizações são responsáveis por conseqüentes formas de organizações, ou pelo reforço das já existentes. Embora assumam bandeiras reivindicativas cada vez mais específicas, mobilizam grupos sociais distintos e experimentam formas de lutas diferenciadas e conteúdos mobilizadores diversos, o que lhes dá a aparência de fragmentação e isolamento. Percebe-se que estes movimentos se ligam através de articulações e "teias de contatos" muitas vezes invisíveis, criando redes de comunicação e solidariedade com mediadores externos, assumindo um caráter político e politizante, tanto do grupo envolvido na luta, quanto dos grupos que se solidarizam e da sociedade envolvente. Apesar de sua capacidade mobilizadora e seus reflexos políticos, tais movimentos enfrentam dificuldades, tanto internas, quanto na relação com interlocutores e com a sociedade, experimentando avanços e recuos. Mas entre perdas e ganhos, é através das mobilizações que as classes populares assumem o seu direito à cidadania, acumulam forças e experiências, provocando deslocamentos no poder tradicional, chegando a se constituir como uma força social e política presente na história, e avançando rumo à construção de um projeto alternativo de sociedade.

*Família e Trabalho na Construção da Identidade Feminina. Um Estudo da mulher profissional qualificada de Campina Grande. 1990. 198 pp.*

**Autora: Maria do Socorro Pereira**

**Orientadora: Paola Cappellin Giuliani**

O exercício profissional, incluindo toda a trajetória cumprida para a profissionalização, permite o afloramento de elementos que contribuem para a elaboração da identidade feminina. Isto se torna mais evidente quando se verifica a profissionalização da mulher em áreas consagradas como masculinas, na medida em que, ao enfrentar um novo campo profissional, ela é exigida quanto a uma postura, um comportamento e estratégias para as quais nem sempre conta com um modelo próximo. O presente estudo procura examinar essa trajetória, considerando três espaços de sociabilidade; a vida em família, a passagem pela Universidade e a prática profissional, verificando as contribuições que as relações sociais neles realizadas fornecem à mulher, favorecendo e/ou dificultando a elaboração de uma identidade que tenha a profissionalização como norteadora. Para estudar essa elaboração, foram entrevistadas quinze mulheres profissionais, universitárias, bem sucedidas, da cidade de Campina Grande, e dois casais de pais dessas mulheres, sob a forma de história de vida. Na análise das entrevistas considerou-se o fato de que a mulher, além de sua condição de profissional, é também filha, esposa, mãe e indivíduo. A elaboração de sua identidade revela-se um processo dinâmico que se realiza através da busca de reconhecimento e da luta cotidiana para a afirmação de diferenças e/ou semelhanças perante os modelos existentes.

*O Boi Engolindo Gente: Um estudo do processo de pecuarização recente no Brejo de Areia - PB. 1990. 183 pp.*

**Autora: Leonilia Maria de Amorim**

**Orientadora: Rosa Maria Godoy da Silveira**

Esta dissertação trata de analisar o processo de pecuarização recente no Brejo de Areia, na Paraíba. Toma como ponto de partida a ocupação do espaço pela pecuária no século XVIII. No desenrolar do século XIX, a atividade pecuária brejeira, mesmo dotada de versatilidade - a venda do gado em pé; das carnes verde e salgada nos mercados e feiras-livres ou dos produtos derivados, é negligenciada, devido a uma série de fatores endógenos. Durante algumas décadas do século XX, o Brejo de Areia se transforma no "Celeiro do Sertão" e seu espaço passa a ser caracterizado pela monocultura canavieira, que se expande a passos largos, chegando a propiciar a instalação da Usina Santa Maria, para a produção de açúcar e, posteriormente, uma destilaria para a produção do álcool. Porém, na década de setenta, após calorosas discussões, a atividade pecuária volta ao Brejo de Areia, não como atividade acessória, mas como atividade comercial, lucrativa e subsidiada pelo Estado, nos moldes da "Modernização Conservadora", que concedeu grandes privilégios ao setor agropecuário em detrimento da agricultura de subsistência. No Brejo de Areia, ao contrário do que apregoava o "Milagre Brasileiro", o processo de pecuarização recente aumentou a monopolização da terra, expropriou o homem do campo e prejudicou o setor agrícola. Essas consequências foram provocadas tanto pelos altos preços da carne e do leite, quanto pelos mínimos gastos com os encargos sociais e à força de trabalho.

*A Geração Engajada: Busca de Espaços na velha estrutura de poder (Um estudo sobre o Centro "Estudantal" Campinense - 1955-1960). 1990. 230 pp.*

**Autor: Gilmar dos Santos Nascimento**

**Orientadora: Maria da Guia Santos Gareis**

É propósito desta dissertação examinar o movimento estudantil, expresso na atuação do Centro "Estudantal" Campinense no período 1955-60, numa tentativa de verificar suas potencialidades enquanto protagonista com capacidade de influenciar, mediar e de articular-se de forma notável numa política mais ampla no cenário campinense daqueles anos. Uma questão permeia este trabalho: como ocorreu a participação do Centro "Estudantal" Campinense no processo político de 1955-60? Assim, levamos em consideração o fato de o Centro "Estudantal" ser apontado como uma das categorias sociais detentora de maior expressão a nível local, principalmente por sua combatividade e capacidade de mobilização em torno dos problemas mais fundamentais que afligiam a população. O estudo sobre o Centro "Estudantal" Campinense põe em destaque as variantes locais que possibilitaram ao movimento dos estudantes secundaristas constituir-se num ambiente de aglutinação dos reclamos e anseios da população, transformando-o numa das principais caixas de ressonância dos problemas comunitários.

*Roçado e Alho: Reprodução Familiar dos Pequenos Produtores de Ribeira, Pb. 1990. 103 pp.*

**Autora: Maria Elizabeth Ribeiro Clemente**

**Orientadoras: Ghislaine Duqué**

**Maria Cristina de Melo Marin**

Esta dissertação pretende analisar a forma específica de organização das pequenas unidades de produção familiar do povoado de Ribeira. Estes pequenos estabelecimentos tem como suporte a mão-de-obra familiar e combinam as culturas do roçado com a produção irrigada de alho. Diferentemente das culturas do roçado que são produzidas em moldes tradicionais, a produção do alho requer investimentos de capital e uso de tecnologia mais avançada. Como os agricultores não dispõem de recursos próprios para investir nesta cultura, obrigam-se a recorrer a instituições financeiras para viabilizar a produção. A tecnificação da produção do alho significa, portanto, a subordinação do pequeno produtor ao Capital financeiro, industrial e comercial. Apesar do papel relevante que esta tecnificação adquiriu, isto não significou uma ruptura com a agricultura tradicional. Ao contrário, esta constituiu-se na base através da qual o pequeno produtor aventurou-se, tentando novas práticas agrícolas. As transformações que ocorreram nas pequenas unidades de produção familiar contribuíram para estreitar os laços entre produtores e mercado. Esta integração ocorreu na medida em que se incorporaram à produção os pacotes tecnológicos exigidos para o financiamento da cultura. Apesar de se modernizarem, estes produtores não conseguiram tornar-se menos submetidos. Só não se proletarizam porque têm na combinação das atividades diversas (pequeno comércio, artesanato e a criação de pequenos rebanhos além do alho no roçado) a segurança de sua sobrevivência.

*Os Camponeses e a Busca da Autonomia Possível (Estratégias de sobrevivência e resistência na implantação de projetos de irrigação no Estado de Sergipe). 1990, 183 pp.*

**Autora: Dalva Maria da Mota**

**Orientadora: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti**

O objetivo desta dissertação é analisar as estratégias de sobrevivência e resistência de camponeses em duas comunidades rurais do Estado de Sergipe, envolvidos num projeto de modernização agrícola desenvolvido pelo Governo do Estado na região do semi-árido. Essas estratégias visam reprodução da unidade de produção e consumo e permitem uma certa margem de "autonomia" a nível do processo imediato de produção, ao lado do aumento da subordinação que a modernização lhes impôs nas últimas duas décadas. A modernização repercute diferentemente em cada comunidade, segundo as condições de controle e uso da terra que prevalecem, garantindo maior "autonomia", em relação às diretrizes do projeto modernizador, aos produtores que são proprietários da terra que cultivam e menor "autonomia" aos que são assentados. São os camponeses que têm menor "autonomia" no processo de produção, no caso, os assentados, que desenvolvem maior sociabilidade política através da defesa coletiva de seus interesses. Os demais, os pequenos proprietários, por não terem as suas condições imediatas de reprodução ameaçadas, limitam suas ações ao interior da unidade de produção. O comportamento político dos dois grupos se revela na resistência cotidiana, difusa no interior do processo de produção.

*Violência no Campo: Um Estudo sobre os Movimentos Sociais na Amazônia Rural. 1990, 512 pp.*

**Autora: Maria Lúcia G. Figueira Melo**

**Orientadora: Norma Montalvo de Soler**

Estudo sobre a violência nos Movimentos Sociais no Campo da Amazônia, dá ênfase ao papel da violência e do poder como ação política que incide, fundamentalmente, sobre os pequenos produtores familiares, indígenas e posseiros nas áreas de tensão e conflito social da Amazônia Rural. Partindo da reconstituição histórica das principais lutas sociais desencadeadas nas últimas décadas em áreas rurais desta região, tenta-se analisar as práticas sociais, assim como resgatar a trajetória trilhada pelos atores em seus Movimentos de luta, através de seu modo de ação, seus avanços, recuos e perspectivas no contexto da Amazônia Rural. Analisando criticamente as formas mais recentes de organização, participação social e estratégias de enfrentamento político, busca-se através deste estudo, interpretar por um lado, como os atores sociais envolvidos nos Movimentos Sociais se formam na luta, se constituem como sujeitos políticos, constroem suas identidades, enfim, desenvolvem suas organizações e ações coletivas. E, por outro lado, como os agentes do bloco no poder atuam no sentido de orientar e definir o processo, a fim de manter as condições de reprodução, tanto da dominação, quanto da exclusão de classes.

***A Trajetória do Sindicalismo Rural na Paraíba, 1990.173 pp.***

**Autor: Gismário Ferreira Nobre**

**Orientador: Leôncio Camino**

Este trabalho recupera a trajetória do sindicalismo rural na Paraíba enfocando sua relação com o Estado. Nesta relação, ressalta-se o aspecto ideológico; portanto, a estrutura sindical propriamente dita é compreendida como parte de um modelo teórico. Na busca de uma compreensão mais ampla de como ocorreu o processo de institucionalização do movimento camponês pelo Estado, foi necessário analisar o movimento sindical em contraposição a outras formas de organização camponesas - as Ligas - bem como o envolvimento de outras forças sociais no processo, como a Igreja Católica e o PCB.



*A Cantoria Contínua de Pé (de parede). Estudo sobre as formas de Produção da Poesia Repentista Nordestina. 1991, 145 pp.*

**Autora: Nadja de Moura Carvalho**

**Orientadores: Alzir Oliveira**

**Maria Cristina de Melo Marin**

Este trabalho tem por assunto a cantoria de viola nordestina, nas suas diferentes formas de manifestação, desde a mais tradicional - a cantoria de pé-de-parede - mais ligada á sua origem rural, até as formas urbanizadas, programas radiofônicos, congressos e gravações em discos. Procura-se traçar um quadro geral do seu processo produtivo nestes diferentes contextos, capaz de explicar o sentido do deslocamento desta manifestação cultural em sua trajetória social. Neste sentido, busca-se analisar as preocupações e temores, externados frequentemente pelos cantadores, com a descaracterização causada pela urbanização da cantoria. A investigação centrou-se na cidade de Campina Grande, Paraíba, onde é grande a concentração de profissionais da viola, tendo sido entrevistados cantadores em suas apresentações, ao vivo e através de gravações. Com o material recolhido fez-se uma descrição da cantoria em seus aspectos estruturais, tanto na forma tradicional como nas formas urbanizadas e, a seguir, analisaram-se questões como as condições sócio-econômicas em que se dão a cantoria, a convivência e os conflitos entre elementos tradicionais e elementos inovadores, a relação entre o poeta e seu público e as condições sob as quais a cantoria resiste, se adapta e sobrevive nos dias atuais.

*Para Além do Acesso à Terra. Representações Sociais, Condição Camponesa e Ação Política dos Colonos da Serra do Mel, RN. 1991, 281 pp.*

**Autor: Aécio Cândido de Sousa**

**Orientadora: Josefa Saete Barbosa Cavalcanti**

(Menção Honrosa - Prêmio Sober/92)

O presente trabalho trata do comportamento político dos camponeses da Serra do Mel. Para compreensão deste, trabalhamos com três questões: 1) Por que são os colonos da Serra do Mel a parcela do campesinato que mais se mobiliza na região? 2) Por que as ações de mobilização não são compartilhadas por todos? 3) Por que as lideranças que os representam como produtores (por meio das associações de vilas) pouco ascendem a representá-los como cidadãos (nas esferas da política partidária)? A partir da condição camponesa, compreendida como uma representação de si tomada de empréstimo a outro e, no caso, capaz de estruturar todo um habitus social e da presença de alguns mediadores, busca-se compreender o que há de específico na forma desse grupo se instituir como coletividade e de articular ações de enfrentamento. Ao final, percebe-se que 1) o descompasso entre a expectativa desencadeada pela vinda para a Serra e a sua condição real de camponês pobre, 2) a representação de "proprietário" (com a propriedade do tempo, sem que este seja monetarizado, aparecendo em primeiro plano para o estabelecimento desse conceito) e 3) as suas muitas impotências (produtivas e outras) fornecem campo objetivo para diferentes semantizações. Ao se concluir que a base de orientação do colono se caracteriza por aparecer como uma matriz dupla (habitus bimatricial), onde um lado é fornecido pelo imaginário instituído em torno da representação de proprietário e o outro pela condição real e objetiva de camponês pobre, destaca-se o papel relevante dos mediadores na semantização das situações vividas coletivamente. A ruptura estabelecida na vida de cada um, quando se passa da condição de sem-terra à condição de proprietário, acompanhando esta ruptura todo um conjunto de expectativas, produz a descontinuidade necessária desnaturalização do social. Essa descontinuidade, porém, carece de vozes que a semantizem. No caso dos camponeses da Serra do Mel, dependendo da potência das vozes em campo, as semantizações tanto podem se dar no sentido de realçar a condição de proprietários como no de dar destaque de camponeses pobres.

*Águas Públicas/Riquezas Privadas. (A Política de Irrigação para o Vale do São Francisco: Bebedouro e Nilo Coelho). 1991, 251 pp.*

**Autor: Sérgio Luiz de Oliveira Vilela**

**Orientador: René Louis de Carvalho**

A Dissertação tem como objeto de análise a intervenção do Estado no vale do São Francisco através da política de irrigação e teve, como parâmetros empíricos, dois perímetros públicos situados no lado pernambucano do Dipolo Petrolina/Juazeiro: Bebedouro e Nilo Coelho. A ênfase principal da análise foi conferida à atual fase da política de irrigação, que tem como base a "emancipação" dos perímetros públicos. A estratégia inicialmente utilizada para implantação da política de irrigação esteve baseada no modelo da colonização através de perímetros públicos com um forte "cunho social". À medida em que a consolidação econômica da irrigação foi se concretizando, grandes grupos econômicos ligados à produção agrícola foram pressionando o Estado a mudar o caráter de sua intervenção em direção à privatização da irrigação. Com isso, passou a predominar, tanto no discurso oficial quanto na prática - através da emancipação - a opção pelo "empresarial", "moderno" e "emancipado", características estas que estão em perfeita harmonia com as políticas neoliberais em evidência, tanto no Brasil quanto no exterior.

*Campina Grande no Espaço Econômico Regional: Estrada de Ferro, Tropeiros e Empório Comercial Algodoeiro (1907-1975). 1992, 301 pp.*

**Autor: Gervácio Batista Aranha**

**Orientador: Josemir Camilo de Melo**

O objetivo deste trabalho é analisar o processo de expansão da economia algodoeira em Campina Grande em sua relação com a ferrovia inglesa, a Great Western of Brazil Railway. Neste sentido, procura-se identificar o papel que essa estrada de ferro desempenhou para que essa cidade fosse erigida à condição de importante polo mercantil algodoeiro. Nessa perspectiva, teve-se a preocupação de demonstrar que o vínculo algodão-ferrovia produziu um efeito polarizador, transformando a cidade no grande empório do Sertão. Especializando-se na realização da circulação mercantil algodoeira, Campina Grande torna-se, por isso mesmo, um polo com ampla influência no espaço regional. Todo esse processo é indicativo de que a praça campinense concentra a maior parte do comércio algodoeiro levado a efeito nesse espaço regional, o que a mantém com a função de homogeneizar/hegemonizar a atuação do capital gerado no bojo dessa atividade mercantil. No que se refere ao papel desempenhado pela estrada de ferro, partimos da hipótese de que Campina Grande não teria se transformado num importante polo mercantil caso não tivesse sido contemplada por esse meio de transporte. Em sua vantajosa posição de ponto terminal da ferrovia, posição em que consegue se manter durante meio século (1907-1957), para essa praça convergia praticamente todo o comércio do interior de além-trilhos, na direção do oeste paraibano e de algumas áreas dos chamados Estados limítrofes. Desta forma, inúmeras áreas interioranas são polarizadas por Campina Grande, que realiza, através da ferrovia, a circulação mercantil entre as áreas sertanejas e as praças portuárias. Assim sendo, os meios de transportes nas áreas de além-trilhos tornam-se caudatários da estrada de ferro em Campina Grande. No caso, as tropas de burros e os caminhões. Em resumo, análise da relação entre economia algodoeira e transportes, com destaque para a estrada de ferro, constitui, na verdade, o objetivo maior deste trabalho.

*Canudos: Messianismo e Conflito Social. 1992, 301 pp.*

**Autor: João Batista Arruda Pontes**

**Orientador: André Haguette**

O presente trabalho tem por objetivo analisar, dentro do contexto sócio-político-religioso da época, as condições que permitiram a eclosão do movimento social protagonizado por Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro. Entendendo ser o discurso messiânico uma das formas possíveis de expressão dos movimentos sociais nos modos de produção pré-capitalistas, pretende-se mostrar que Antônio Conselheiro, em sua luta contra a dominação sócio-política do latifúndio, recorreu à memória religiosa e encontrou, a partir das experiências de vida comunitária dos primeiros cristãos, o paradigma de organização social que serviu de sucedâneo ideal à estrutura social vigente. Dentro dessa compreensão, a comunidade de Canudos é entendida como a contraproposta dos oprimidos social e politicamente à forma de organização social opressora. Para a consecução dos objetivos propostos, foram desenvolvidos três capítulos. No primeiro, é feita uma contextualização de alguns movimentos messiânicos ocorridos em diferentes contextos sócio-históricos. Nesse capítulo, pretende-se estabelecer as pré-condições para a eclosão dos movimentos messiânicos. No segundo capítulo, é feita uma retrospectiva histórica da trajetória de Antônio Conselheiro desde sua saída do Ceará, sua peregrinação pelos sertões nordestinos, seus referenciais ideológicos, a formação da comunidade de Canudos e as causas que levaram à sua destruição. Finalmente, no terceiro capítulo, faz-se uma discussão sobre os limites explicativos das diferentes vertentes teóricas.

*De Lavradores de Fumo a Produtores de Laranja: Estratégias de Sobrevivência e Diferenciação Social de Produtores Familiares em Cruz das Almas - Bahia. 1992. 234 pp.*

**Autor: José Humberto Almeida de Cerqueira**

**Orientadora: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti**

O presente trabalho resulta de vários períodos de observação e pesquisa no município de Cruz das Almas, seja como técnico da EMATER-BA (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia), atual EBDA (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola) seja como estudante do Curso de Mestrado em Sociologia - Campus II, da Universidade Federal da Paraíba. A pesquisa de campo foi realizada nos anos de 1991-1992. Procurou-se, junto aos pequenos produtores familiares, investigar e compreender a transição da lavoura do fumo para laranja, assim como conhecer o que aconteceu ao nível dessas unidades que têm uma lógica própria de organizar seu trabalho. Verificaram-se também os aspectos externos - relativos ao capital comercial e ao Estado - interferindo no momento da transição dos cultivos, assim como, atualmente, o capital comercial mais diretamente relacionado com as unidades familiares. Pelos resultados obtidos, torna-se evidente que a especificidade da pequena produção familiar reafirma-se através de estratégias utilizadas. Esses produtores familiares, após procurarem sua autonomia frente aos armazéns de fumo, aos diferentes tipos de capitais e relações com a política de modernização do Estado, reorganizam-se em torno da cultura da laranja e da policultura alimentar. Essa transição contribuiu, ao longo do tempo, para o processo de diferenciação. Aproveitando-se de situações favoráveis, alguns produtores arriscaram-se no empreendimento citrícola conseguindo sucesso, enquanto outros, limitados pelos espaços de áreas, número de filhos, permanecem reproduzindo-se através de outras atividades alternativas que lhes complementam a renda familiar.

*Falas de Liberdade: Um Estudo sobre o Discurso Camponês de Liberdade. 1992. pp.*

**Autor: Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa**

**Orientadoras: Ghislaine Duqué**

**Maria Cristina de Melo Marin**

O objetivo básico desse estudo é fazer uma análise sobre os diversos significados que circulam em torno das "Falas de Liberdade", bastante presentes entre camponeses. A pesquisa de campo foi realizada entre os anos de 1990 e 1992 na zona rural do município de Sumé, Cariri Paraibano. Durante esse período, visitaram-se diversos grupos camponeses com quem mantivemos contatos. Fizeram-se entrevistas, histórias de vida e observação direta em um grupo. Foi associando as falas camponesas sobre a seca, a terra, o trabalho, às viagens e às diversas experiências vividas pelo grupo ou por alguns de seus membros, que se construiu "um discurso camponês de liberdade". Discurso em que a luta pelo domínio e controle do tempo e do espaço aparecem como aspectos essenciais na vida de um grupo camponês do semi-árido nordestino. Discurso em que cada palavra e cada atitude, conscientes ou não, sempre se voltam para a defesa, a consecução de projetos de "liberdade". Estes, têm significados diversos: dizem respeito à alimentação que tem ou que falta e também a viagens que são obrigados a fazer ou as que desejam realizar e não podem; chamam a atenção para a importância de poderem passear dentro de suas terras e desfrutarem de um espaço "livre" em que trabalham, andam, brincam e dormem sem ter que dar satisfações a outras pessoas, mas que também pode se transformar, em determinados momentos, em "terra de escravos". Em um espaço "pequeno" e que não lhes proporciona o suficiente para a reprodução da família, o que os obriga a ir "trabalhar no dos outros".

*Os Negros de Pedra D'água: Um Estudo de Identidade Étnica. História, Parentesco e Territorialidade numa Comunidade Rural. 1992, 180 pp.*

**Autora: Elizabeth Christina de Andrade Lima**

**Orientadoras: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti  
Maria Cristina de Melo Marin**

A dissertação é um estudo de identidade étnica na comunidade rural de negros de Pedra D'Água situada no município de Ingá no Estado da Paraíba. Pedra D'Água constituiu-se num campo fecundo de análise por apresentar uma relação estreita de simbiose entre história, parentesco e territorialidade. Para compreender tal relação, exploramos alguns fatores caracterizadores da identidade étnica da comunidade de Pedra D'Água tendo como categorias analíticas a concepção de territorialidade, tradição cultural historicamente compartilhada, relações de parentesco enquanto elemento central na organização e a situação de alteridade. A partir dessas categorias analíticas, buscamos resgatar as experiências cotidianas da comunidade com o objetivo de detectarmos os mecanismos que viabilizam a permanência desse grupo no espaço territorial por ele historicamente ocupado. Para isto, consideramos o seu potencial de ação: as suas estratégias de sobrevivência - ao nível cultural, social e econômico - e o sentido das redefinições as pressões internas bem como da superação dos conflitos advindos do contato interétnico. Trabalhamos, a todo momento, tentando compreender a comunidade de Pedra D'Água enquanto uma instância espacial, buscamos as marcas da distinção entre os espaços negro e branco, partindo das formas de organização social dos Pedradaguenses e observamos que, mediado por esta organização, o grupo se retrata e se marca no contato interétnico.



*"Grandes e Pequenos Produtores de Laranja Frente à Modernização: Estratégias e Trajetórias (Colônia Treze - Sergipe)". 1992. 128 pp.*

**Autora: Neuzice Andrade**

**Orientadora: Ghislaine Duqué**

O objetivo desta dissertação é analisar trajetórias ascendentes e descendentes dos produtores rurais, frente à modernização induzida. O trabalho de pesquisa se desenvolveu junto aos produtores de laranja da Colônia Treze, no município de Lagarto, Sergipe, porque percebíamos que os efeitos da política estatal dos pacotes modernizantes estão ali fortemente marcados, tanto pelo grau de enriquecimento de uns, quanto pelo empobrecimento de outros. Estas contradições resultantes do modelo estão refletidas nos diferentes níveis de apropriação de bens e formação de patrimônio das diferentes categorias de produtores. Nossas conclusões dizem respeito às condições que possibilitaram a trajetória ascendente de uns poucos e a estabilização da maioria dos produtores, como também aos fatores que determinaram a estagnação de alguns outros.

*"Organizações Não-Governamentais e Camponato: Novas Alianças Políticas no Campo Tecnológico (O caso do CAA/Norte de Minas e os camponeses de Corgão/Boa Esperança)". 1993. 286 pp.*

**Autora: Maria Dione Carvalho de Moraes**

**Orientadoras: Ghislaine Duqué**

**Maria Cristina de Melo Marin**

O estudo aborda a relação entre o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas e os camponeses de Corgão/Boa Esperança. O objetivo é analisar a relação como sendo uma aliança política entre estratégias de oposição e de resistência como "novas práticas" heréticas no campo tecnológico. O referencial teórico toma a tecnologia como produção social e o campo tecnológico como espaço de disputa de saberes e de poder. A tecnologia, portanto, é vista como capacidades técnicas e poder social diferenciados. As estratégias de dominação remetem às práticas dos agentes e instituições que propugnam a tecnologia "moderna". As práticas de subversão reportam aos agentes e entidades que atuam no campo das "alternativas" e as estratégias de resistência remetem ao saber e tecnologia camponeses tidos como práticas políticas e culturais de resistência cotidiana à expropriação total. A pesquisa revela uma "tomada de posição" do Centro em relação à questão da reprodução camponesa e, pelo lado dos camponeses, dois significados importantes: por um lado a participação do Centro em questões relacionadas ao processo mais amplo de consolidação do assentamento e, por outro lado, questões que respeitam a tecnologia em sentido mais restrito.

*"Uma Mão Lava a Outra. O Trabalhador Rural e Suas Lideranças no Brejo Paraibano."* 1993. 270 pp.

**Autora: Maria da Conceição Mariano Cardoso**

Orientadoras: Regina Célia Reyes Novaes

Maria Cristina de Melo Marin

O trabalho trata da relação lideranças/liderados no movimento dos trabalhadores rurais no Brejo Paraibano. Reconstruímos trajetórias de lideranças analisando situações sociais que proporcionam o reconhecimento de um trabalhador como "líder" do seu grupo. As questões foram relacionadas, sobretudo, aos critérios utilizados por parte dos trabalhadores "liderados" para escolher suas lideranças em momentos do cotidiano como na expressão de conflitos sociais; finalmente considera-se o papel desempenhado por agentes externos mediadores. Procura-se levar em conta o ponto de vista dos trabalhadores e de suas lideranças. Busca-se também detectar, a partir das características dos mediadores (Igreja, Sindicatos, Organizações de Assessoria) como velhos e novos expedientes são utilizados para a produção e reprodução das relações entre dirigentes sindicais, agentes religiosos e trabalhadores. Os cinco capítulos abordam o contexto em que ocorreu a pesquisa, enfocando particularidades e contradições importantes ao objeto; análise de um caso de conflito de terra que reuniu diferentes lideranças e diferentes agentes externos, situação que resultou na divisão dos trabalhadores em dois grupos sobre o reconhecimento de duas lideranças; os mediadores, em particular a Igreja Católica com um tipo de liderança específica: o "Animador de Comunidade"; a existência e importância de "lideranças locais".

*"Canudos: A Utopia Entre Deus e o Diabo (Bahia -1893-97). 1993, 122 pp.*

**Autor: Ferdinand Cavalcante Pereira.**

**Orientadora: Ghislaine Duqué**

Este trabalho se propõe analisar os elementos político-religiosos das práticas sociais internas/externas fundamentais na construção de um projeto alternativo em Canudos-Sertão da Bahia, 1893-97. O Movimento Social de Canudos, em um só tempo movimento de natureza religiosa e política, apresenta Antônio Conselheiro como líder principal junto aos grupos pela direção e organização da produção religiosa. Por outro lado, esse mesmo movimento busca se afirmar enquanto recusa da ordem social vigente, recusa que se expressa como resistência para além da opressão social no desejo utópico de identidade e libertação pessoal e coletiva intermediada no cotidiano pela realização de objetivos mais imediatistas dos grupos presentes para concretização dos objetivos propostos. No primeiro capítulo procurou-se observar as relações sociais pertinentes no contexto sócio-político local, o do sertão de Canudos. No segundo capítulo a preocupação central foi ressaltar os aspectos cruciais do itinerário atormentado de Antônio Conselheiro. No terceiro capítulo é feita uma análise do universo das práticas sociais que justificaram seus objetivos e deram sustentação político-ideológica ao movimento em questão. Concluiu-se que Canudos foi um movimento sócio-político de resistência ao poder local em favor de um projeto alternativo de autonomia popular frente às instituições da sociedade sertaneja.

*O "Ser" e o "Ter": Camponeses, Práticas Tecnológicas e Políticas (Um Estudo em Lagoa Seca-PB), 1993, 190pp.*

Autor: **Geoyani Jacó de Freitas** Orientadora:  
Josefa Salete Barbosa Cavalcanti

Este estudo analisa a relação entre tecnologia agrícola e a organização do trabalho nas unidades de produção dos produtores de economia familiar do município de Lagoa Seca, Paraíba, a partir do seu modo de sentir, pensar e agir, entendida enquanto prática orientadora do seu fazer cotidiano. O grupo referencial de informantes da pesquisa de campo foram os agricultores organizados em torno da oposição sindical rural de Lagoa Seca, com os quais se realizou um processo de pesquisa participante que orientou todas as atividades de investigação da realidade dos pequenos produtores considerados e suas ações em torno do resgate do papel político do seu sindicato. A análise aqui empreendida revela a importância da organização do trabalho familiar enquanto eixo que fundamenta o sentido do SER e do TER da dinâmica camponesa, através do qual as demais práticas, inclusive as tecnológicas, se revestem de significados e lhe estão organicamente vinculadas. Essas práticas tecnológicas, por sua vez, são incorporadas, negadas ou recriadas pelos agricultores estudados, a partir de critérios avaliativos relacionados à preservação da terra e reprodução econômica e social da unidade familiar. Tais práticas, quando expressas a partir da lógica cotidiana do grupo estudado, tem se constituído em estratégias de sobrevivência que são contruídas, não sem ambiguidades e tensões, inseridas na própria idiosincrasia do pequeno produtor. Por fim, este estudo aponta para os desafios a serem enfrentados pelo movimento sindical no sentido de acumular discussões e incorporar ao conteúdo de suas ações estratégicas o caráter político com que se reveste a questão da tecnologia no processo de produção camponesa.

*Colonos e Agroindústria: As Múltiplas Faces da Integração (Estudo de Caso sobre Pequenos Produtores Integrados de Suínos no Município de Ouro - SC), 1993, 141 pp.*

**Autora: Vilênia Venâncio Porto Aguiar**

**Orientadora: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti**

O trabalho analisa o espaço da produção e da reprodução de pequenos produtores familiares, colonos descendentes de italianos do município de Ouro-SC, integrado através da atividade suinícola. Objetivamente trabalhou-se com as seguintes questões: o que levou esses colonos a se integrarem? Como eles vivem essa relação? Como desenvolvem um espaço de autonomia numa relação de subordinação? Considerou-se a situação real e objetiva vivida pelos colonos estudados em diferentes momentos da sua trajetória social, ao mesmo tempo em que se resgataram as condições históricas que permitiram o afloramento da relação de integração. Consideraram-se, ainda, as representações que esses colonos têm de si e dos outros, expressas nas formas como organizam a unidade produtiva, o trabalho e o seu cotidiano. A partir desses elementos passamos a analisar as especificidades da relação entre produtor e agroindústria. Por fim, observou-se que os sujeitos investigados têm uma participação ativa na determinação da sua condição social, não sendo esta apenas consequência da sua interação no processo produtivo, mas do jogo de forças sociais de que participaram. Portanto a relação de integração é compreendida enquanto um espaço social e assim inserida num campo de forças sociais. É do embate entre esses dois grupos - colonos e agroindústrias - no interior do campo de forças que se dará a criação do espaço de reprodução e desenvolvimento da autonomia desses produtores.

*Entre a Cruz e a Enxada: A Igreja Católica e a Extensão Rural no Imaginário Camponês - Um estudo de caso no Engenho Cipó, AREIA-PB. 1993, 114pp.*

**Autor: Adriano Azevedo Gomes de Leon**

**Orientadora: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti**

Este estudo tem como objetivo analisar o imaginário de ex-moradores e hoje proprietários de um engenho no município de Areia-PB, em relação à extensão Rural e à Igreja Católica, agentes externos atuantes na área após a conquista da terra. Após a desapropriação oficial implementada pela FUNDAP, 32 famílias foram assentadas. Ao assumirem o papel de pequenos produtores, essas famílias substituíram a cultura da cana-de-açúcar pela cultura de banana, para escaparem do domínio da usina de açúcar local. Passaram, assim, de meros fornecedores de matéria-prima, para produtores de uma cultura agrícola capaz de inserí-los em um mercado mais aberto, garantindo-lhes o suporte financeiro para as unidades produtivas familiares. Uma nova condição de proprietários da terra e os recentes contatos com a Extensão Rural e a Igreja Católica contribuíram para a construção de uma nova identidade entre os indivíduos assentados, decorrente da mudança na interação homem-terra-trabalho. O real sentido de modernização repassado pelas duas instituições que atuam na área destes assentados é ainda uma imposição de um modelo que não contempla a produção familiar como fundamento da posse e uso da terra. As ambiguidades resultantes de tal situação estão expressas nos discursos dos informantes e sob os signos do seu imaginário social. Os dados aqui analisados foram obtidos através de abordagens essencialmente qualitativas em uma pesquisa de campo realizada de julho a dezembro de 1991.